



**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO OGE/LAI nº 067/2020

**Número de referência:** PROTOCOLO SIC [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria Estadual da Fazenda

**UNIDADE:** São Paulo Previdência - SPPREV

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Acesso a informações sobre cálculo da aposentadoria. Inovação no pedido recursal. Não conhecimento.

**DECISÃO OGE/LAI nº 067/2020**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado a São Paulo Previdência - SPPREV, número SIC em epígrafe, para acesso a informações sobre cálculo da aposentadoria.
2. Em resposta e em recurso, o ente informou o canal correto para fazer a solicitação. Inconformado, o solicitante impetrou o presente recurso cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. No caso em apreço, constata-se que o ente informou o que foi solicitado, de acordo com o art. 11 da Lei nº 12.527/2011, não sendo o SIC o canal correto para consultas e pedidos de providências. Em seguida, o solicitante não reiterou seu pedido, e passou a realizar questionamentos diversos ao pedido inicial.
4. Ademais, inevitável a conclusão de que, no presente caso, o recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo-lhe de motivação e o pressuposto recursal da negativa de acesso (artigo 20 caput do Decreto nº 58052/2012).
5. Cabe salientar que a Ouvidoria Geral do Estado e a Controladoria Geral da União possuem entendimento já firmado, asseverando que "a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato".

Classif. documental

006.03.02.001



**Governo do Estado de São Paulo**

Secretaria de Governo

Ouvidoria Geral do Estado

(Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).

6. Assim, considerando não se tratar de demanda recursal motivada por acesso à informação e tampouco almejar reforma da resposta ofertada pelo ente, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 e seus incisos do Decreto n. 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 27 de março de 2020.

Vera Wolff Bava  
Ouvidora Geral do Estado  
Ouvidoria Geral do Estado